

MAIO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



P.3 À P.9

DIGNIFICAR O TRABALHO VALORIZAR OS TRABALHADORES

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3 À P.9** - 1º MAIO DIGNIFICAR O TRABALHO, VALORIZAR OS TRABALHADORES | **P.10 À P.13** - 942 DOMINOU AGENDA DO MÊS DE MAIO | **P.14** - FNE/SPCL NO INSTITUTO CAMÕES: "TEMOS ALGUNS RESULTADOS POSITIVOS, MAS APENAS EM CASOS PONTUAIS" | **P.15** - FNE NO MCTES EM DEFESA DE MELHORES CONDIÇÕES PARA OS LEITORES | **P.16, P.17** - FNE APRESENTOU MANIFESTO PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 26 DE MAIO DE 2019 | **P.18, P.19** - SANTARÉM RECEBEU INICIATIVA 'AGIMOS JUNTOS - NAS ESCOLAS TEMOS DE TER PROFISSIONAIS PRESTIGIADOS E VALORIZADOS' | **P.20 À P.23** - CELEBRAÇÃO DO II DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR DE APOIO EDUCATIVO COM AGENDA REIVINDICATIVA' | **P.24** - DESCONTENTAMENTO COM A AVALIAÇÃO (SIADAP) | **P.25** - PROFESSORES PARA A RENOVAÇÃO SINDICAL | **P.26, P.27** - FNE EM SEMINÁRIO SOBRE INOVAÇÃO NA ROMÉNIA | **P.28, P.29** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA MAIO DE 2019 | **P.30 À P.33** - CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA KELICAI

Editorial



DETERMINADOS POR PROFISSIONAIS VALORIZADOS

O mês que agora está a terminar deixou-nos dois sinais muito importantes, embora de sentido contrário, mas que serviram para reforçar a nossa determinação para a definição de políticas que valorizem os profissionais da Educação.

Do lado positivo, impõe-se destacar a comemoração do segundo dia mundial do pessoal de apoio às escolas, que no caso português decorreu em Mafra, com organização do STAAESRA, e que teve o apoio muito significativo da respetiva Câmara Municipal, e com a presença da Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação.

Esta foi uma jornada muito importante de afirmação da importância de um conjunto de trabalhadores que, de uma forma extremamente significativa, desempenham papéis essenciais para uma resposta educativa de qualidade, e que tantas vezes tem sido ignorados, ou mesmo desvalorizados. Por isso, assinala-se positivamente que tenha sido possível a concretização desta iniciativa, que deverá repetir-se nos próximos anos, constituindo uma forma de dar visibilidade à importância destes trabalhadores. Esta jornada acabou por ter depois um novo passo na reunião do Secretariado Nacional da FNE, que aprovou por unanimidade uma resolução em que se determinam orientações muito claras para o reforço da nossa intervenção sindical em nome destes trabalhadores.

Do lado negativo, assinalou-se o compasso de espera que decorre do facto de na Assembleia da República não ter sido possível formar-se uma maioria que alterasse a legislação do Governo que pretende impor uma recuperação mínima da totalidade do tempo de serviço congelado. Como consequência, vai ficar provisoriamente em vigor uma legislação que apenas permite a recuperação de pouco mais de dois anos de todo o tempo de serviço que esteve congelado. A verdade é que daqui não resulta a diminuição da nossa determinação em continuar a lutar, nos mais diversos planos, pela integral recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias. Para o próximo Governo que vai resultar das eleições do dia 6 de outubro, esta será uma matéria que deverá integrar o caderno reivindicativo que oportunamente lhe entregaremos.

Não diminui a nossa determinação para conseguirmos que os trabalhadores da Educação sejam reconhecidos e valorizados em função das responsabilidades que a sociedade nos atribui.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

fne

1º de Maio UGT: Dia do Trabalhador comemorado em Braga



Braga foi a cidade escolhida pela UGT para realizar as comemorações do Dia do Trabalhador de 2019. O Parque da Ponte encheu-se com milhares de pessoas que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio.

O dia iniciou-se com a visita à exposição dos trabalhos do concurso "Era uma vez...o 1º de Maio", organizado pela FNE, pelo líder da UGT, Carlos Silva, acompanhado de vários convidados, que foram recebidos pelo Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva e pela Vice Secretária-Geral da FNE, Lucinda Dâmaso, que guiaram os convidados pelos vários trabalhos expostos.

Em seguida, procedeu-se à entrega dos prémios aos alunos vencedores do concurso "Era uma vez... o 1º de Maio", com o Secretário-Geral da FNE a deixar algumas palavras aos participan-

tes, reforçando a ideia de como é importante consciencializar os mais novos sobre o respeito e o valor que é devido aos trabalhadores e ao trabalho digno.

Após a pausa de almoço, foi a vez dos discursos político-sindicais. Realce para as palavras do Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, que no seu discurso começou por reforçar que "nós somos independentes relativamente aos partidos políticos e não temos medo de lutar contra quem quer que seja que esteja no Governo", lembrando em seguida que "há que valorizar os sindicatos tradicionais, que apostam na negociação e no diálogo".

Carlos Silva alertou também para o facto de que a UGT não vai aceitar qualquer proposta de mudança da Lei da Greve e sobre as questões salariais dos trabalhadores portugueses questionou: "Se nos últimos anos o clima

económico foi de crescimento e de retoma da confiança, e não houve condescendência por parte do Governo, o que esperar no futuro perante uma tendência para o arrefecimento da economia? Se no tempo das vacas gordas não há aumentos salariais é nas vacas magras que os trabalhadores vão ser aumentados?", afirmando depois, relativamente à questão do tempo de serviço congelado aos professores que "a UGT está ao seu lado na defesa da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras, de valorização dos seus salários e de dignificação das suas pessoas, enquanto profissionais ao serviço de todos os cidadãos".

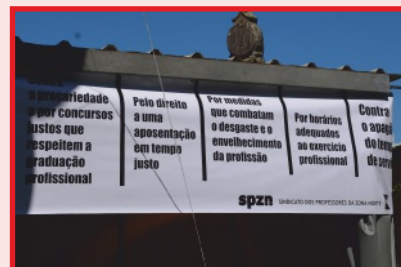
A fechar, o dirigente máximo da UGT deixou ainda um apelo à participação de todos nas eleições europeias de 26 de maio próximo: "A UGT exorta os partidos políticos candidatos às eleições europeias a valorizarem e a defenderem o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de onde emerge a necessidade de podermos 'desligar do trabalho', de conciliar a vida profissional com a vida pessoal e privada, onde as questões sociais, tão baseadas no modelo social europeu, não sejam uma mera miragem do que este já foi", disse a terminar.

Esta foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país.



FESTA DOS TRABALHADORES
UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

DIGNIFICAR O TRABALHO VALORIZAR OS TRABALHADORES



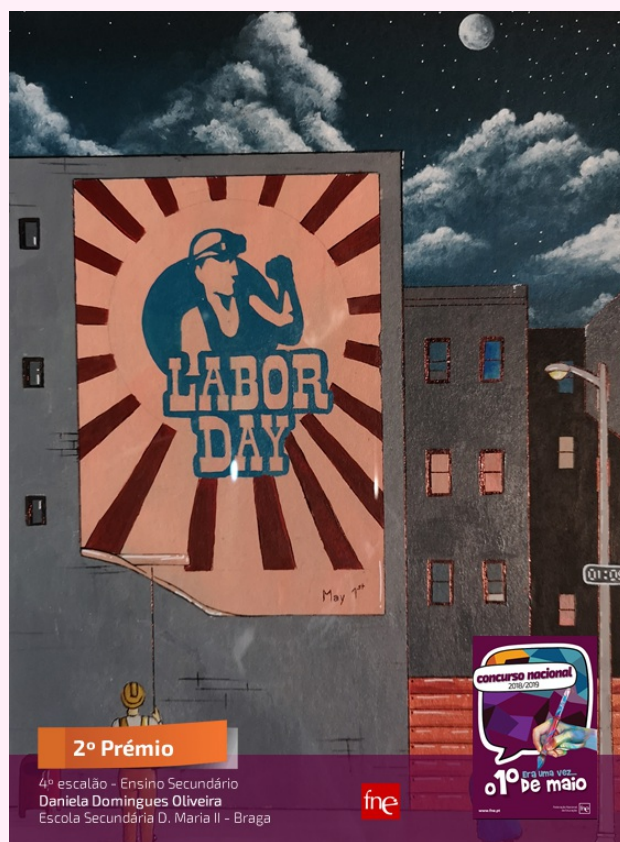
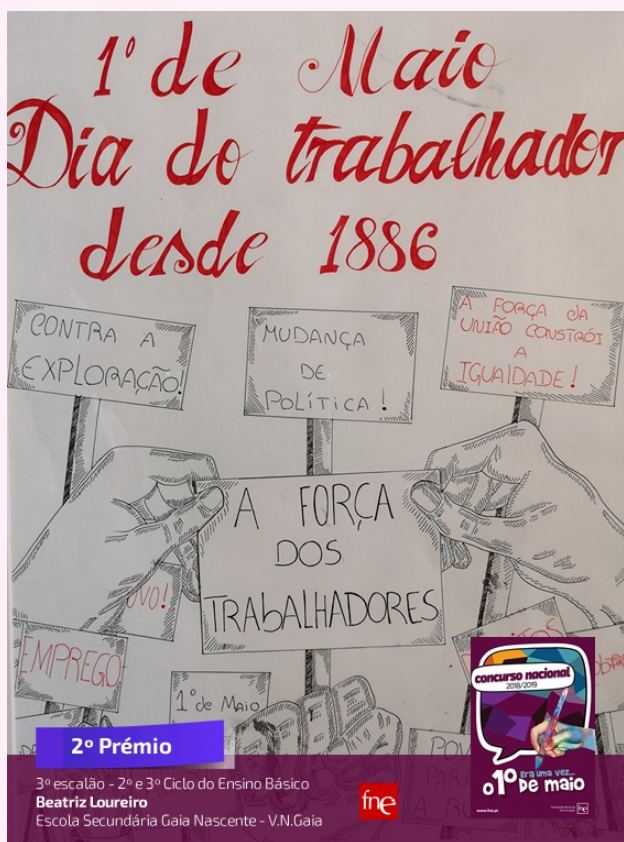


GALERIA DE FOTOS
(facebook)



Braga recebeu exposição e vencedores do concurso nacional Era uma vez..o 1º de maio









942 dominou agenda do mês de maio

O mês de maio trouxe várias novidades relativamente à questão da recuperação total do tempo de trabalho congelado aos professores. Entre avanços e recuos, que começaram na aprovação da recuperação integral do tempo de serviço pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CPEC), passando pelo chumbo do Plenário sobre o texto final dessa recuperação, muitos foram os factos que levaram a que a luta pelos 9 anos, 4 meses e 2 dias estivesse na ordem do dia, em Portugal.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA APROVA RECUPERAÇÃO INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO

A 2 de maio, a CPEC aprovou, apenas com os votos contra do Partido Socialista, que os 9 anos 4 meses e 2 dias congelados seriam todos para considerar para efeitos de progressão em carreira dos educadores e professores portugueses.

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, imediatamente manifestou satisfação pela decisão: "Valeu a pena. Tínhamos e temos razão. A persistência de todos nós acabou por resultar", afirmou.

Em declarações aos órgãos de comunicação, o SG da FNE considerou que "a Assembleia da República (AR) é um espaço de decisão democrática e agiu dentro dos seus limites. O Governo também tem de agir dentro dos seus limites e respeitar os outros órgãos de soberania".

João Dias da Silva acrescentou ainda que "estamos a assistir àquilo que é de direito e de justiça dos professores" dizendo ainda, após

ser conhecida a ameaça de demissão do Governo no caso do Parlamento aprovar a recuperação integral do tempo de serviço dos professores, que a AR "tomou uma decisão e ao Governo cabe acatar aquilo que é a orientação que a AR determinou", reforçando ainda o facto de as decisões tomadas dia 2 de maio na CPEC não irem contra a Lei do Orçamento do Estado nem invadirem a esfera de competências do Governo.

A decisão da AR previa ainda que teria de haver uma negociação com o próximo governo que determinasse a forma e o prazo para pagamento do resto do tempo que ficaria por considerar, sendo que João Dias da Silva deixou o aviso: "Tal como aconteceu no passado não desistimos e em relação ao futuro não desistiremos também".

A FNE aguardou então que o plenário votasse sobre esta decisão indicativa que aconteceu na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, sendo que relativamente às acusações que foram sendo feitas sobre os números envolvidos no descongelamento das carreiras, João Dias da Silva considerava que "o governo nunca disponibilizou uma informação concreta sobre os números, que contribuisse e permitisse entender a construção e a definição dos números fantásticos que foi apresentando, ao longo do tempo, para pressionar a opinião pública contra os professores".

"GARANTIMOS TODO O TRABALHO QUE FOR NECESSÁRIO DESENVOLVER PARA QUE OS 9 ANOS, 4 MESES E 2 DIAS SEJAM INTEGRALMENTE DEVOLVIDOS"

A 10 de maio, o Secretário-Geral, João Dias da Silva, esteve nas galerias da Assembleia com mais dirigentes da FNE para assistir à votação, em que foram analisados os pedidos de apreciação parlamentar do Decreto-Lei do governo que impõe aos professores uma contagem reduzida do tempo de serviço que esteve congelado.

À saída declarou ao jornal da FNE que "por efeitos desta votação, vai estar em vigor provisoriamente um Decreto-Lei do governo que determina que só sejam contabilizados para progressão dos professores o tempo de 2 anos, 9 meses e 18 dias e que a contabilização vai ser feita faseadamente num processo que pode ocorrer até finais de 2021", acrescentando que "o objetivo que tínhamos e temos de recuperar na totalidade o tempo de serviço congelado ainda não foi alcançado. Desta vez, apesar de haver convergência em várias matérias entre cinco partidos, por força da conjuntura em que nos encontramos, não foi possível atingir já os objetivos".

João Dias da Silva deixou o alerta: "Da nossa parte não há nenhuma desistência. Da nossa parte preservamos aquilo que é essencial: que os professores estão certos que terão da parte da FNE e dos seus sindicatos todo o trabalho que for necessário desenvolver para que os 9 anos, 4 meses e 2 dias sejam integralmente devolvidos para terem aplicação no desenvolvimento da carreira dos professores".



COMÍCIOS DA INDIGNAÇÃO

20 PORTO



21 FARO



22 LISBOA



23 ÉVORA



24 COIMBRA





CONFERÊNCIA DE IMPRENSA REVELOU O PROSSEGUIMENTO DA LUTA DOS PROFESSORES

E assim foi. Em conferência de imprensa, ficou o aviso dado pelas dez organizações sindicais de docentes: os professores não vão baixar os braços. Continuarão a lutar pela recuperação total do tempo de serviço; continuarão a lutar contra uma recuperação parcial feita de forma desqualificada, em que docentes com mais tempo de serviço serão ultrapassados por outros com menos; continuarão a lutar pela aposentação e pelo rejuvenescimento da profissão que, de forma absolutamente irresponsável, o governo insiste em adiar; continuarão a lutar por horários de trabalho que respeitem a lei; continuarão a lutar contra a precariedade que o governo disse que ia resolver, mas não resolveu.

Os professores e educadores continuarão a lutar pela valorização da sua profissão, contra o desrespeito, a desconsideração e o desprezo que, nestas semanas de maio, alguns deixaram de conseguir esconder e visando concretizar o objetivo de manter viva a luta dos professores, decidiram:

- Desenvolver, na segunda semana da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, uma Campanha pela Dignidade Profissional Docente, de norte a sul, com a realização de cinco Comícios da Indignação, assim distribuídos – 20 de maio, Porto; 21 de maio, Faro; 22 de maio, Lisboa; 23 de maio, Évora; 24 de maio, Coimbra;

- Este ano letivo, não convocar greve no período de avaliações, por manifesta falta de interlocutor para a negociação, deixando claro que os professores e os educadores não fazem a luta pela luta, mas, outrossim, para obter resultados concretos que são justos e necessários para a valorização da profissão docente, profissão que é de enorme importância social. A este propósito, não deixam os sindicatos de assinalar que depois do Tribunal da Relação, também o Supremo Tribunal de Justiça, na sequência de recurso do Ministério da Educação, declarou ilegais os serviços mínimos impostos no ano passado, o que será importante no futuro, pois protege o direito à greve, consagrado na Constituição da República;

- Marcar presença em iniciativas, de natureza diversa, que tenham visibilidade mediática, para que os decisores políticos não esqueçam

as reivindicações dos professores, as integrem nas respetivas agendas eleitorais e, até outubro, assumam compromissos credíveis que lhes respondam favoravelmente;

- Apelar aos professores, quando votarem, que usem o crachá, autocolante ou qualquer outro símbolo relacionado com os 9A 4M 2D que cumpriram a trabalhar e que o atual governo insistiu em desrespeitar;

- Avançar [cada organização] com uma ação coletiva em tribunal no sentido de declarar ilegal que, no continente, não seja contabilizado todo o tempo de serviço que esteve congelado, de forma inversa e correta do que acontece nas Regiões Autónomas, o que cria um quadro de desigualdade injustificável entre os docentes em Portugal;

- Intervir junto de entidades competentes (Provedoria de Justiça, PGR e Grupos Parlamentares) para que requeiram ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade dos diplomas legais do governo que discriminam os professores do continente e mantêm ultrapassagens de docentes de maior antiguidade por outros de menor;

- Divulgar junto de todos os professores uma minuta de reclamação e protesto, a entregar na escola ou instância adequada, no momento em que tiverem de optar entre uma das soluções que o governo forjou para apagar tempo de serviço, opção que, na prática, iria legitimar a eliminação de 6,5 anos de trabalho e a sua consequente aceitação tácita;



- Apoiar juridicamente os docentes que forem ultrapassados devido à aplicação dos diplomas legais que roubam 6,5 anos de tempo de serviço;

- Manter a greve ao excesso de trabalho até 21 de junho, último dia do ano letivo, e retomá-la no primeiro dia do próximo, caso o Ministério da Educação, no âmbito do despacho sobre organização do ano letivo 2019/2020 (ainda por negociar), continue sem tomar medidas que acabem com os abusos e as ilegalidades;

- Generalizar os requerimentos de negociação da pré-reforma, de maneira que os docentes com 55 ou mais anos de idade formalizem o seu pedido de negociação do mecanismo já em Decreto-Lei desde o passado mês de fevereiro;

- Avançar com novas ações em representação dos professores contratados que foram colocados em horários incompletos e que, por este motivo, estão a ser grave e imoralmente prejudicados na contagem de dias de serviço para a Segurança Social;

- Continuar a apresentar ações em tribunal em representação de docentes de carreira ultrapassados por outros que foram reposicionados – o número de ações entradas nos tribunais já superou a representação de mais de 10 000 docentes;

- Convocar uma Manifestação Nacional dos Professores para 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, em defesa da profissão e da carreira docente;

- Promover, logo após a tomada de posse do governo, uma deslocação ao Ministério da Educação para entregar ao próximo Ministro um documento em que se esclarece ser pressuposto para um normal relacionamento institucional a negociação da recuperação dos 6,5 anos em falta.



SECRETARIADO NACIONAL APROVA RESOLUÇÃO

A fechar um mês intenso de luta pelo 942, o Secretariado Nacional da FNE reuniu e considerou que, embora o Governo tivesse imposto a recuperação faseada de uma parte daquele tempo, não se podia deixar de continuar a trabalhar no sentido de concretizar a plena recuperação da totalidade do tempo de serviço congelado.

Foi neste quadro que o Secretariado Nacional, consciente de que o mecanismo de recuperação imposto pelo Governo levava a várias injustiças e mesmo ilegalidades, conduziu os procedimentos jurídicos que fossem necessários em nome dos princípios do direito e da justiça.

Assim, ficaram determinadas orientações no sentido de serem estudadas as bases que permitam suscitar a questão da apreciação da legalidade e constitucionalidade da legislação publicada, para além de promover os mecanismos que em todo o processo sejam necessários para se evitarem mais prejuízos para os docentes envolvidos.

Na mesma linha, os Sindicatos membros foram convidados a desenvolverem todos os procedimentos de defesa dos seus sócios que se sintam lesados por ultrapassagens injustas que a legislação em

vigor provoca. Na sequência destas ações, entendeu-se que poderá ser possível recorrer aos Tribunais da ilegalidade de um ato administrativo praticado relativamente a um particular (ou mais), numa situação concreta, com base nessa lei de recuperação do tempo de serviço, nessa ação suscitando incidentalmente, ou por via indireta, a questão da ilegalidade e inconstitucionalidade das normas contidas neste diploma.

Para além desta linha de trabalho jurídico, o Secretariado Nacional determinou o desenvolvimento de outras ações públicas que vão continuar a garantir a mobilização dos educadores e professores portugueses em torno do objetivo da integral recuperação de todo o tempo de serviço congelado.

Ficou a garantia que os professores e educadores portugueses podem contar com a FNE e com os seus sindicatos para demonstrar a razão dos sindicatos contra a campanha de mentiras sobre os reais impactos da recuperação total do tempo de serviço e que garantiremos todos os esforços em tudo o que for necessário e útil para que todo o tempo seja devolvido e que os professores e educadores cumpram as expectativas a que têm direito de terem uma aposentação digna e uma carreira valorizada e dignificada.

FNE/SPCL no Instituto Camões: "Temos alguns resultados positivos, mas apenas em casos pontuais"

Uma delegação da FNE, composta pela Secretária-Geral do SPCL (Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas) Teresa Soares e pelo Secretário Executivo, Paulo Fernandes, esteve reunida com o Presidente do Instituto Camões, Luís Faro Ramos, para um encontro em que foram debatidos vários temas relativos ao ensino português no estrangeiro.

Esta foi uma reunião que se revelou positiva em relação a alguns dos assuntos tratados, embora apenas em alguns casos pontuais, como no caso de descontos realizados indevidamente. Foi discutida a situação dos professores da Namíbia e África do Sul que estavam a pagar a caixa médica privada do seu próprio bolso e que vão agora ser finalmente reembolsados por essas despesas.

No entanto, há problemas básicos que continuam a não

estar resolvidos, como a questão das despesas de deslocação dos professores, que continuam sem ser repostas de acordo com o que a lei prevê. Ora, a FNE entende que a consideração da distância de 20 km se refere a ajudas de custo e não às efetivas despesas semanais de deslocação, sendo esta uma matéria que já se encontra em debate desde janeiro e que entendemos precisar de ser resolvida pelo Instituto Camões.

Outro problema apresentado pela FNE foi o das inscrições, em que o processo está a ser desenvolvido sem se procurar impedir a perda de alunos. A título de exemplo, assinalou-se que na Suíça, entre 2017 e 2019, se perderam 1153 alunos, e que na Alemanha no mesmo período se registam menos 603 alunos. Consideramos então que esta redução de alunos pode significar o fim do sistema, o que, na perspetiva da FNE, constitui uma

perda significativa para as comunidades emigrantes portuguesas. Segundo o Instituto Camões, em setembro as inscrições ainda podem aumentar, mas a FNE acredita que isso pode acarretar dificuldades ao nível dos horários, pois estes estão feitos para o número de alunos inscritos em maio, sendo que se arrisca também uma diminuição na qualidade de ensino.

Entretanto, ficam ainda sem solução outras questões significativas e ligadas com a comissão de serviço e atualização salarial dos professores, bem como com a recuperação do tempo de serviço congelado.

A FNE deixou claro que oportunamente suscitará a necessidade de se retomarem as negociações, com vista à resolução dos problemas pendentes.





FNE no MCTES em defesa de melhores condições para os Leitores

A FNE esteve reunida no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), em Lisboa, com o Secretário de Estado do Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, para discutir uma proposta de diploma apresentada por este Ministério para corrigir a situação de injustiça relativa que o ECDU aprovado em 2009 produziu em matéria de regime de transição para os Leitores.

A delegação da FNE foi composta pela Vice Secretária-Geral Lucinda Dâmaso, e ainda por José Luís Abrantes, Secretário Executivo e Fernando Serra, dirigente do SDPGL/FNE, que mostraram neste encontro a sua preocupação em garantir que a situação de precariedade identificada em relação a estes Docentes fique resolvida por esta iniciativa legislativa, embora esta proposta ainda seja insuficiente em função de algumas imprecisões e por não resolver todas as situações que a

FNE entende que devem ficar agora resolvidas.

A FNE considera que o número de 70 leitores que se pretende abranger por este documento, proporcionando condições para concluírem o Doutoramento no prazo de três ou quatro anos para ingressarem nos quadros, deixa de fora um outro conjunto de Leitores que, estando há muitos anos na posição e que entretanto já concluíram o seu Doutoramento, não são enquadrados em função da sua situação específica.

Neste encontro a FNE demonstrou que concorda com o princípio do documento pois este vai combater a precariedade de um conjunto considerável de leitores, mas que não resolve o caso de quem termina contrato agora, podendo cair no desemprego, sendo necessário continuar a procurar respostas relativamente a esta situação, de modo a chegar a uma melhor solução para o diploma final.





FNE apresentou Manifesto para as Eleições Europeias de 26 de maio de 2019

Foi apresentado na manhã de 9 de maio, em conferência de imprensa, em Lisboa, o Manifesto da FNE para as Eleições Europeias de 26 de maio de 2019.

PORQUÊ E PARA QUÊ?

A FNE elaborou este Manifesto para afirmar que a União Europeia e o seu funcionamento a todos diz respeito e que não aceita visões que coloquem a União Europeia (UE) do lado de lá e nós do lado de cá. Há a consciência de que nesta ocasião é necessário combater perspetivas que querem apenas sublinhar aspetos conjunturais negativos sobre o seu funcionamento da UE.

Serviu, portanto, este manifesto, para a FNE contribuir, a seu modo, para a mobilização das pessoas para a campanha eleitoral, mas sobretudo para as eleições do dia 26 de maio, fazendo reverter o aumento crescente da abstenção nestas eleições. A FNE entende que a UE nos diz respeito, porque ganhamos em estar e intervir no seu espaço, e assim entendemos agir para mobilizar as pessoas a votarem, no dia 26 de maio.

MANIFESTO SOBRE EDUCAÇÃO NO QUADRO DAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

No âmbito do funcionamento da UE, há políticas comuns e integradoras que devem ser ou adotadas ou aprofundadas em termos da União e não apenas ao nível nacional. Não são apenas os quadros comunitários e os programas de mobilidade dos estudantes e dos professores que estão em causa. Há que procurar que, no âmbito da UE, se analise em que é que podemos ser melhores, porque solidariamente somos parte de um espaço que não é apenas económico, mas que se traduz muito fortemente no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, onde a Educação tem um papel relevante.

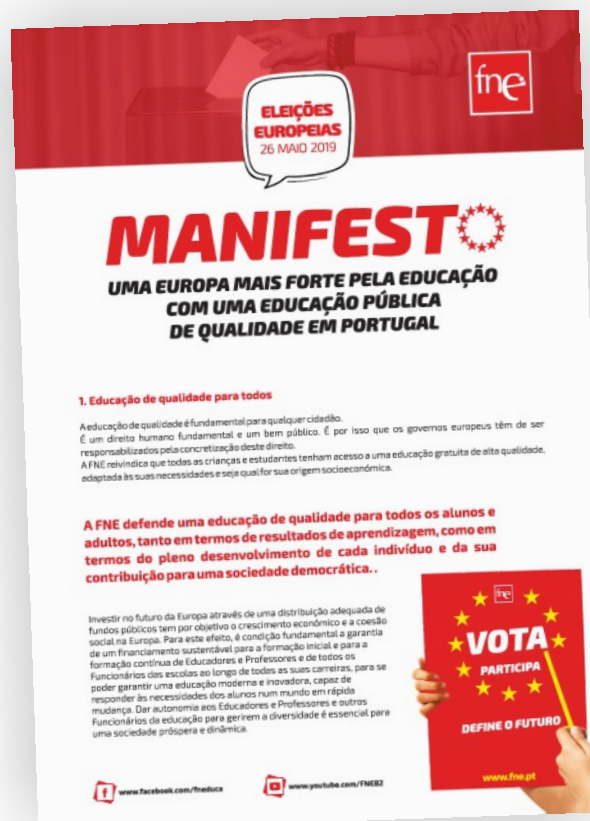
Considera então a FNE fundamental que seja colocado maior ênfase na educação sobre a UE e sobre a identidade europeia em toda a sua diversidade, no quadro das aptidões de base e das competências essenciais, em particular a literacia europeia, definindo um conjunto de resultados comuns de aprendizagem neste domínio (um nível mínimo de conhecimentos, aptidões e atitudes em relação à UE).

PROGRAMA ERASMUS+

A apresentação deste Manifesto foi também vista pela FNE como uma oportunidade para recomendar que o futuro Programa Erasmus+ (2021-2027) seja dotado de um orçamento reforçado, promova um sentimento de pertença à UE, assegurando a mobilidade na aprendizagem para todos, nomeadamente para pessoas provenientes de diversos meios socioeconómicos, para que todos os projetos futuros coloquem ênfase na aprendizagem sobre a UE, na criação de uma identidade europeia, no apoio à aprendizagem intergeracional sobre a UE, bem como na aprendizagem de línguas para todas as faixas etárias e no diálogo civil para os adultos.

O Manifesto da FNE contempla um conjunto de objetivos que a FNE gostaria que fossem considerados no debate da campanha eleitoral que se aproximava, para além de enunciar 15 propostas que também entende que deveriam estar presentes na ação dos deputados portugueses no próximo Parlamento Europeu.

A FNE esperava que este fosse um valoroso contributo para uma campanha eleitoral que se deveria centrar sobre as questões europeias e o envolvimento de todos numa UE dos cidadãos e para os cidadãos.



[Vídeo da Conferência de Imprensa
Manifesto da FNE - Eleições Europeias](#)



Santarém recebeu iniciativa 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados'



A iniciativa 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados', passou pelo Ribatejo e contou com a presença do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, de dirigentes do SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo e da Presidente do STAAESRA – Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas, Cristina Ferreira.

Esta jornada de trabalho iniciou-se com uma reunião sindical na Antiga Escola Prática de Cavalaria de Santarém, onde foi possível, perante cerca de uma centena de professores, fazer um balanço das questões mais significativas para a afirmação de uma profissão docente valorizada, atrativa e compensadora.

Desde logo em debate esteve a matéria da aplicação da legisla-

ção com que o ministério quer impor uma recuperação limitada de todo o tempo de serviço que esteve congelado.

O debate sobre este tema conduziu à verificação de que, quer a legislação em si, quer a informação complementar que a tutela tem disponibilizado, se tem revelado insuficiente, pois estabelecem condições que podem prejudicar os professores.

Por esse facto, foi manifestada a necessidade de a FNE insistir junto do Ministério da Educação no sentido da divulgação de normas complementares justas que garantam os direitos dos docentes, sem prejuízo da permanente afirmação de que, embora utilizando esta medida de atribuição de um tempo reduzido de recuperação, isto não signifique que se prescindia de tudo o que for necessário para alcançar a total recuperação do tempo de serviço congelado.

Esta foi também uma oportunidade para referir outras matérias como a formação inicial e a formação contínua; as condições de exercício da atividade; a clarificação do tempo de trabalho e dos limites por esse tempo e particularmente a situação dos docentes contratados e as dificuldades que têm para conseguir horários completos, assim como a mobilidade a que estão permanentemente sujeitos.





A matéria da aposentação, cujo tempo para ser atingida não deveria exceder os 36 anos de serviço, devido ao desgaste que resulta da atividade profissional, foi outra situação em cima da mesa. O debate permitiu ainda a identificação de várias questões, para as quais é necessária a intervenção do sindicato, em apoio de cada professor com as suas condições particulares.

A manhã terminou com um encontro entre a delegação da FNE e o Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, acompanhado da Vereadora, Inês Barroso, que permitiu conhecer a perspetiva dos autarcas relativamente à realidade concreta da oferta educativa no concelho e das exigências que a autarquia considera que devem ser contempladas no quadro de uma futura transferência de competências na área da educação para os municípios.

Da parte da FNE, foi reforçada a ideia de que a gestão dos trabalhadores não docentes deve pertencer às escolas e que à autarquia podem ser atribuídas

outras competências na ordem da educação que não coloquem em questão os espaços de decisão pedagógica que devem pertencer em exclusivo à escola.



Ginestal Machado – Sede do Agrupamento - pelo seu Diretor, o Professor Manuel António Pereira Lourenço, onde, primeiro em reunião de trabalho e depois durante uma visita guiada às instalações, foram identificadas as dificuldades que hoje as escolas sofrem em função da exigência permanente de atividades administrativas, que absorvem os professores e direção da escola, em prejuízo do tempo que deveria ser respeitado para a ordem pedagógica do ensino.

Também a insuficiência de assistentes operacionais foi apontado como um problema desta instituição, tendo sido analisadas áreas gerais relativas à administração das escolas e ensino.

À tarde, a delegação da FNE foi recebida na Escola Secundária Dr.



Celebração do II Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo com agenda reivindicativa



O II Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo, organizado em Portugal pelo STAAESul e RA - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (um dos três sindicatos de não docentes da FNE) foi comemorado em Mafra, no Auditório da Escola Secundária José Saramago, onde decorreu a Conferência Internacional "Pessoal de Apoio Educativo, Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro", e que contou com a presença da Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação, a norueguesa Haldis Holst, do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Dr. Hélder Sousa Silva e das deputadas que fazem parte da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Maria Augusta Santos (PS) e Margarida Mano (PSD), entre outros convidados.

O Presidente da edilidade anfitriã desta conferência internacional fez as honras de abertura salientando o papel fundamental do pessoal de apoio educativo nas escolas e da sua importância no sistema, deixando a todos estes trabalhadores um 'obrigado' pelo contributo para a educação e formação das crianças e jovens das escolas de todo o mundo. Hélder Sousa Silva deixou depois o elogio à escola José Saramago e à sua organização.

Em seguida o adjunto da Diretora da Escola José Saramago, o Professor Paulo Passos, endereçou também as boas-vindas a todos os convidados, desejando que este dia passe a ser uma forma de dignificar ainda mais esta função tão importante na vida das escolas.

Cristina Ferreira, Presidente do STAAESul e RA - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas - sublinhou a força da união do pessoal de apoio educativo e o quanto é importante comemorar este dia, completando o seu discurso de abertura com a leitura de uma mensagem do antigo Ministro Marçal Grilo, que não pôde estar presente, sobre a escola e o papel de todos no sistema educativo, relembrando a aprovação em 1999 do decreto-lei 515/99, quando era membro do Governo.

Depois, Haldis Holst deu início à Conferência "Pessoal de Apoio Educativo, Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro" começando por elogiar o facto de se comemorar este dia pelo qual lutavam há 25 anos.

A Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação dispensou depois uma salva de palmas a todos os trabalhadores de apoio educativo presentes no auditório, pois eles representavam todos os seus colegas do mundo neste dia que se comemorou apenas pela segunda vez.

Fazendo-se valer de um velho ditado africano, demonstrou o papel dos trabalhadores não docentes lembrando "que é preciso toda uma vila ou uma cidade para educar uma criança", com esta a ser também a mensagem do Secretário-Geral da Internacional da Educação, David Edwards, realçando que o pessoal de apoio educativo é essa vila ou cidade no que toca a apoiar na educação de milhões de crianças no mundo.

Para Haldis Holst, este dia significa um alerta para as condições de trabalho destes trabalhadores e para a contribuição que prestam para a educação lembrando os diferentes contextos que o pessoal de apoio educativo enfrenta diariamente em vários pontos do mundo e que os transforma em autênticos heróis invisíveis. A representante da Internacional da Educação revelou ainda que está pronto

para ser difundido publicamente o primeiro relatório realizado em sete países do mundo sobre o contexto do pessoal de apoio educativo, estando já aberto a todos os interessados, sendo que foi entregue a todos os presentes na conferência uma versão sumária.

Este relatório mostrou que a maior parte do pessoal de apoio educativo é do sexo feminino, tem entre 40 e 60 anos com a maioria a sentir-se mal paga nas suas funções e com condições de trabalho menos positivas, assumindo ainda o medo com o trabalho de outsourcing, algo que cria incerteza na vida profissional. Haldis Holst terminou, reforçando que é necessário valorizar e dignificar as carreiras do trabalho do pessoal de apoio educativo e que esse papel cabe às famílias, aos professores e a toda a comunidade.

Manuel Teodósio, Presidente da UGT-Viseu, foi quem se seguiu no painel de oradores iniciando a sua participação referindo a dificuldade para perspetivar os novos perfis e exigências profissionais da escola do futuro. Manuel Teodósio referiu algumas evoluções que o mundo nos oferece em várias áreas, de

forma a percebermos o quanto a escola acabou por não acompanhar esse desenvolvimento, colocando a questão para qual importa procurar resposta: Vai ou não a escola realizar mudanças que a adequem aos novos tempos? Esta é uma incerteza que é preciso resolver, pois o ritmo de trabalho vai aumentar, vão surgir novas profissões para as quais é necessário preparação e capacidade de adaptação. Novas realidades que precisam de debate profundo, com alterações nas áreas escolares abrangendo todos os escalões de forma a que os jovens saiam do sistema educativo para o mundo do trabalho com toda a formação necessária para enfrentar os desafios profissionais que vão ter ao longo da vida.

O Presidente da UGT-Viseu referiu que esta globalização é imparável e que é crucial valorizar fatores como a adaptação a várias funções, capacidade de trabalho em equipa, pensamento assertivo ou disponibilidade para novas funções tendo de ser esta cada vez mais uma aposta da União Europeia. E para isto todos precisam de todos no sistema educativo, estando "condenados" pelo futuro a trabalhar em conjunto.





O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, foi quem fechou esta conferência apresentando os desafios aos trabalhadores de apoio educativo na escola dos novos tempos.

O SG da FNE sublinhou esses vários desafios que estão pela frente no setor, dizendo que os trabalhadores de apoio educativo estão atentos não apenas em relação ao seu presente e ao seu futuro pessoal, mas preocupam-se também com a qualidade do sistema educativo, com a qualidade das escolas, com a qualidade das respostas que as escolas são capazes de dar, pois é mais mobilizador trabalhar num ambiente de trabalho de qualidade e de sucesso.

João Dias da Silva considerou também que o pessoal de apoio deve ter o direito à participação no processo educativo e que esse exerce-se na área de apoio à educação e ao ensino, na vida da escola e na relação escola-meio, compreendendo o direito de intervir e participar na análise crítica do sistema educativo e de eleger e ser eleito para órgãos colegiais dos estabelecimentos

de educação e de ensino, nos termos da lei aplicável, defendendo ainda que os funcionários, conscientes do seu papel de educadores, devem construir a sua identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e contínua condizente com a sua tarefa de formação humana.

Sobre as mudanças que a escola enfrenta no futuro, João Dias da Silva mostrou que a escola está hoje confrontada com mudanças significativas da sociedade, em termos da importância do digital e de uma economia sustentável e que não pode deixar ninguém ficar ninguém para trás nesta transformação verde e digital, não existindo momentos em que se possam ignorar estas mudanças e as suas consequências e exigências. Avizinha-se uma escola mais equitativa, aberta a todos e disponível para todos, mais digital e com preocupações de sustentabilidade, com equipas multidisciplinares.

A terminar, o SG da FNE deixou alguns dados estatísticos sobre o pessoal de apoio educativo e uma palavra sobre a mudança de

competências para as autarquias: É fundamental que toda a sociedade se torne educativa, com todos a assumir, por inteiro, responsabilidades na promoção de uma população qualificada para os desafios dos tempos presentes e futuros.

Assim sendo, a FNE inclui as autarquias locais, nas suas áreas de atuação e de competências legais, como parceiros indispensáveis da comunidade educativa. Na perspetiva da FNE, importa reforçar a autonomia escolar, o que não se invalida através de um processo de transferência de competências para os Municípios que não deixe de a respeitar e consolidar, deixando um aviso antes de fechar o seu discurso: a FNE vai continuar a lutar pela valorização de todos os trabalhadores não docentes, procurando a promoção de mais e melhor emprego, mais digno, além do fim da precariedade e dotação integral dos quadros e definição dos mesmos para respostas educativas para todos, com equidade.

Após a Conferência, seguiu-se uma visita guiada à biblioteca do Convento de Mafra e um concerto de carrilhões na Basílica do Convento para todos os convidados, que fechou as comemorações deste II Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo.





SIADAP:

Descontentamento com a avaliação



A avaliação é um marco essencial na vida dos trabalhadores da função pública, nomeadamente na vida dos trabalhadores da educação. Da avaliação depende a subida ou não de nível para os trabalhadores, constituindo um fator importante para a valorização salarial. Não podemos dizer que a avaliação que havia no passado fosse totalmente justa, tinha muitas lacunas, mas a atual avaliação, SIADAP, é muito mais injusta.

Quando visitamos as escolas percebemos o desagrado dos profissionais da educação pela avaliação a que estão sujeitos, que de modo algum os incentiva a trabalharem com mais ânimo. Analisando o sistema implantado nas escolas e agrupamentos ficamos “baralhados” com o avaliador.

Afinal, quem avalia o superior hierárquico que está perto do avaliado, ou alguém que nem

conhece o trabalhador a não ser por fotografia ou por um número? Vejamos a situação dos profissionais cujos agrupamentos já pertencem às autarquias. Quem os avalia é o Chefe dos Recursos Humanos da Câmara, que não observa de perto o trabalho desses profissionais, nem observa a sua relação com a comunidade educativa, nomeadamente com os alunos, que constituem o público-alvo destes trabalhadores.

E neste caso, os trabalhadores não docentes fazem número com os demais trabalhadores que exercem funções nos diversos departamentos da Câmara, ficando assim lesados no que respeita às cotas. Mas será que o trabalho de uns e outros tem o mesmo conteúdo funcional? E o mesmo grau de responsabilidade? Como é possível meter tudo no mesmo “saco”? Também sabemos que as cotas são distribuídas pelas diferentes escolas pertencentes ao agrupamento. Assim, cada escola só pode ter um ou dois profissionais da educação com desempenho relevante.

Esta situação faz com que os Diretores/Coordenadores distribuam a avaliação não pelo trabalho desempenhado, mas duma forma aleatória, dando a pontuação máxima a uns funcionários num biénio e a outros no biénio seguinte, dizendo que assim todos são beneficiados.

Então, chegamos à conclusão que as escolas não têm profissionais não docentes de qualidade, porque por mais que se esforcem não poderão obter uma qualificação de acordo com o seu real desempenho.


Também percebemos que a formação que os trabalhadores da educação frequentam durante o ano, por sua conta e com muito sacrifício, e o esforço que fazem para aumentarem as suas qualificações académicas nada valem quando chega a hora da avaliação porque, mesmo que tenham uma qualificação relevante, é-lhes comunicado que não poderão ter mais do que um ponto, porque a cota não permite.

Depois seguem-se as reclamações que exigem o cumprimento de prazos por parte do reclamante, mas a entidade demora meses a responder, quando responde.

Assistimos assim a uma legislação repleta de injustiças, que não motiva o trabalhador e apresenta uma enorme falta de respeito pelo trabalho de cada um no terreno, com a essência mais importante de qualquer sociedade: o ser humano.

Adelaide Lobo
Presidente do STAAE-ZN

**FUNCIONÁRIOS
DE
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Professores para a renovação sindical



A FNE esteve representada pelas dirigentes do SPZN Goreti Ferraz, membro do Secretariado Nacional da FNE e Manuela Diogo, membro do Conselho Geral da FNE, na Conferência de Lançamento do projeto “Your Turn! Teachers for Trade Union Renewal” (A Tua Vez! Professores para a Renovação Sindical”) do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), que se realizou em 9 e 10 de maio de 2019, em Bruxelas.

Este projeto, focado na construção do poder dos sindicatos a partir da base, vai prolongar-se até 2020, num contexto social de grandes mudanças e de fragilidade do Diálogo Social e da negociação coletiva. A conferência contou com a participação das organizações que são membros do CSEE/EFTA e dos países candidatos à União Europeia.

Durante o evento de trabalho intenso os participantes puderam identificar problemas e partilhar experiências no que concerne à

forma de aumentar a sindicalização em educação. Mas o foco não se encontra só no aumento de filiação sindical, mas também na procura de formas que levem os profissionais da educação a participarem com mais empenho e qualidade nas estruturas dos seus sindicatos.

Considerou-se que só com o empenho de todas as organizações sindicais podem ter uma intervenção eficaz na sociedade educativa, com todos a acreditarem que assim poderemos vencer os desafios que se nos colocam, na procura de mais e melhor trabalho em educação. A definição de trabalho de qualidade é também uma preocupação e um dos focos deste projeto, definição essa em permanente construção, nomeadamente no contexto europeu.

Apesar da procura conjunta e solidária de caminhos e soluções para os problemas que se colocam, e dos desafios que os

sindicatos da educação têm e terão na sua ação, não podemos deixar de salientar que debaixo do guarda-chuva ‘Contexto Europeu’ existem as mais variadas conjunturas, de acordo com a realidade de cada um dos países.

Para terminar, destacamos a ideia de Susan Flocken, Diretora do CSEE, que sublinhou que “Numa altura em que as pessoas questionam o valor da filiação sindical, o CSEE e as organizações que o integram acham essencial mobilizar, organizar, recrutar e reter os seus membros, revelando assim a vantagem que uma profissão docente unida pode ter na melhoria da atratividade da profissão. Este projeto, bem como os esforços de todas as organizações membros do CSEE, serão um trampolim para o cumprimento dos objetivos da sua campanha focada em “Formar o Futuro da Europa com os Professores”.

**Maria Goreti Ferraz e
Manuela Diogo - SPZN**



Mais informações sobre este projeto em:

<https://www.csee-etuice.org/en/policy-issues/2907-your-turn-teachers-for-trade-union-renewal-2018-20209>

FNE em seminário sobre Inovação na Roménia



A convite da Associação de Empregadores Prestadores de Formação Profissional da Roménia, a FNE participou no Seminário “Inovar – Sucesso das Organizações”, um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional do Capital Humano 2014-2020, em estreita ligação com a universidade local, que decorreu na cidade universitária de Cluj-Napoca, na Transilvânia romena. O público-alvo do seminário foram empreendedores de todas as idades, muito interessados na problemática do conceito da Inovação e de toda a problemática que a circunda.

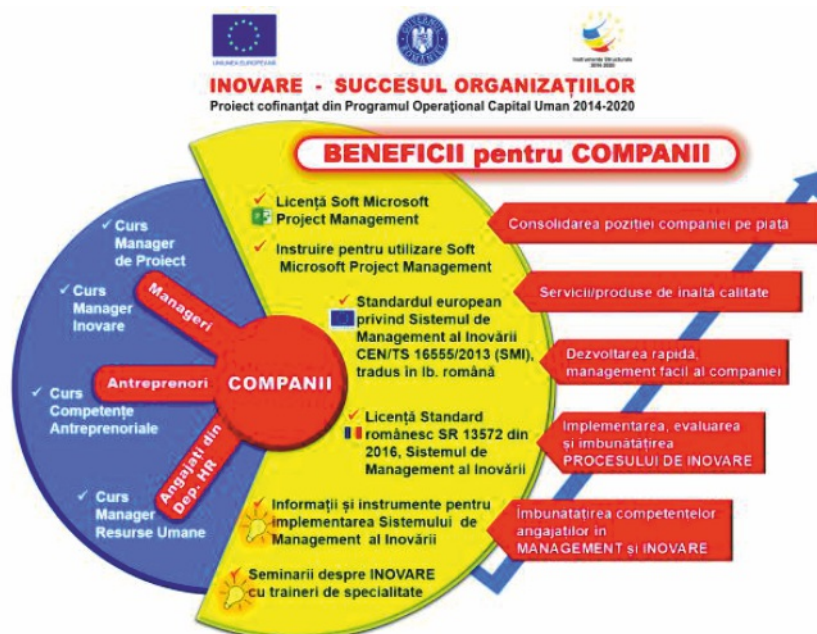
O pontapé de saída foi dado por Steluta Racolta, responsável pelo projeto, ela própria uma empresária de sucesso na Roménia, com um claro objetivo de melhorar o Diálogo Social e a adoção de uma verdadeira Aprendizagem ao Longo da Vida, que está ainda numa fase muito embrionária no seu país. Mulher muito dinâmica, e atenta ao

mundo que a rodeia, o negócio dos seus olhos é uma escola profissional, nascida de fundos comunitários, e que oferece, a jovens de todo o mundo, uma qualificação acreditada e muito exigente para a carreira de hospedeira de bordo. Ela fez questão de levar a FNE às instalações da Arena de Cluj (estádio de futebol), acompanhada pela sua principal formadora (uma ex-hospedeira de bordo) para mostrar onde e como se processa a formação da sua escola.

Seguindo uma das dez tendências atuais que a OCDE reconfirma, no seu relatório de 2019, Moldarem a Educação, Steluta está com a sua bússola estratégica virada para a Globalização, mais especificamente para a Ásia, de onde espera vir a receber muitos alunos (10% de homens) interessados naquela carreira profissional e prontos para trabalhar em qualquer continente.

De seguida, tomou a palavra Alexandru Coroian, Presidente do Parque de Inovação de Cluj, que abordou o tema do “Conceito de Inovação em Cluj-Napoca”.

Coube depois a vez à FNE de intervir com uma comunicação intitulada “A Inovação ao Serviço da Sociedade – Criar Valor para o Bem-Estar Futuro”, uma viagem ao conceito de inovação através da história, passando depois a incidir, mais em concreto, na Inovação em Educação e a (hoje chamada) Inovação Social.





A inovação social tenta criar um equilíbrio sustentável entre um empreendedorismo virado apenas para o lucro e um empreendedorismo de cariz mais social, com o objetivo de combater desigualdades e a exclusão social, assegurando valor para toda a sociedade.

Este desafio é tanto mais colaborativo quanto mais conseguirmos juntar o setor social, o setor público, as empresas, os sistemas de ensino, os investigadores, os parceiros sociais, naturalmente os sindicatos.

Por inovação em educação entende-se uma mudança estrutural, conjuntural e

sistémica, num ambiente educativo, que pode hoje utilizar muitas novas tecnologias à sua disposição.

Inovar não é fazer a mesma coisa com novos produtos ou serviços, mas sim modificar completamente processos com o recurso a essas novas ferramentas, obtendo resultados que sem elas seria impossível conseguir.

Hoje em dia, o movimento da Inovação em Educação mascara o consumismo (de novos produtos tecnológicos) como uma forma de Pedagogia e as escolas correm o risco de repetir processos e comportamentos com esses “novos brinquedos”.

Mas isto é confundir a parte pelo todo, uma vez que a Educação tem que pôr uma efetiva Pedagogia em primeiro lugar, podendo nós concluir que uma futura narrativa da Inovação em Educação deve omitir a palavra Consumismo da conversa.

Numa curva fortemente ascendente, a Inovação é cada vez mais digital. E esta transformação está a mudar os processos e resultados dessa inovação. A tecnologia pode e deve



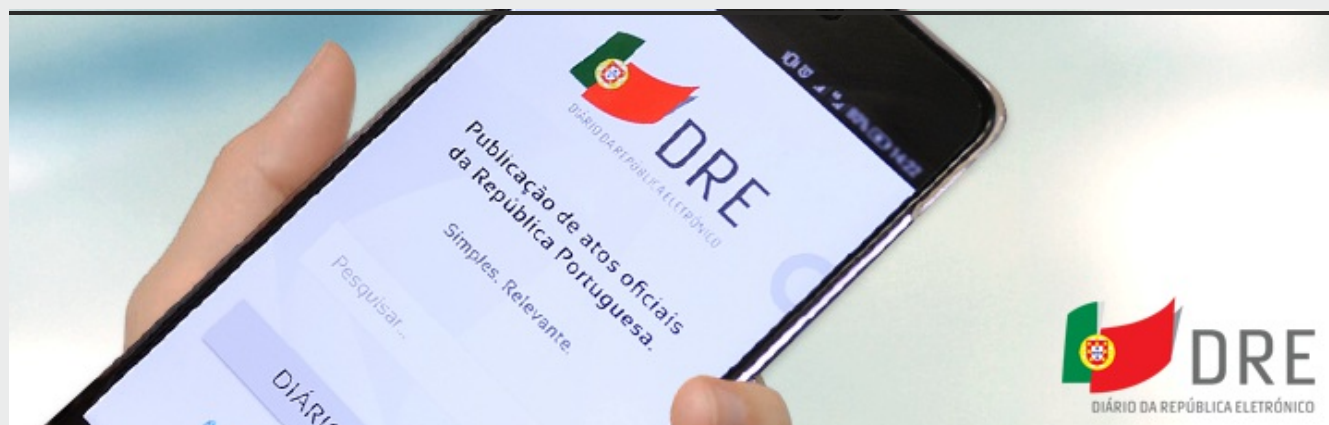
APOIAR os objetivos pedagógicos, mas não os deve liderar.

O orador seguinte foi o Prof. Stelian Brad, da Universidade de Cluj-Napoca, que abordou a implementação do Sistema de Gestão da Inovação.

Depois de uma sessão de perguntas e respostas deu-se lugar ao encerramento da conferência, com a promessa de muito trabalho pela frente, sobretudo na criação de um Comité Setorial de Diálogo Social na Roménia. Joaquim Santos foi o dirigente da FNE convidado para este evento.



Diplomas publicados em Diário da República maio de 2019



[Resolução da AR nº 59/2019 -
DR nº 84/2019,
Série I de 2019-05-02](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo que leve a cabo o processo de avaliação da aplicação do RJES.

[Aviso nº 19/2019 -
DR nº 84/2019,
Série I de 2019-05-02](#)

Negócios Estrangeiros
Acordo entre a República Portuguesa e a República Francesa de Cooperação Educativa e Linguística, assinado em Paris, a 28 de março de 2017. O presente Acordo tem como objetivo reforçar a visibilidade e o ensino da língua da outra parte como língua viva estrangeira nos sistemas educativos de cada Parte favorecendo a continuidade das aprendizagens e complementando a oferta de ensino onde sejam identificadas necessidades, com vista a aumentar o número de aprendentes.

[Despacho nº 4485/2019 -
DR nº 84/2019,
Série II de 2019-05-02](#)

Cultura e Educação - Gabinetes da Secretária de Estado da Cultura e do Secretário de Estado da Educação

Designa para exercer o cargo de presidente da comissão científica do Plano Nacional das Artes a licenciada Maria de Assis.

[Lei nº 31/2019 - DR nº 85/2019,
Série I de 2019-05-03](#)

Assembleia da República
Regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos.

[Despacho nº 4575/2019 -
DR nº 86/2019,
Série II de 2019-05-06](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Subdelega, com possibilidade de subdelegar, no diretor-geral da Educação, José Vítor dos Santos Duarte Pedroso, os poderes para a prática de vários atos.

[Despacho nº 4652/2019 -
DR nº 88/2019,
Série II de 2019-05-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Nomeação do representante dos estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo na Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES).

[Regulamento nº 404/2019 -
DR nº 88/2019,
Série II de 2019-05-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Academia das Ciências de Lisboa

Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Academia das Ciências de Lisboa - define as condições de atribuição de bolsas de estudo para realização de investigação científica ou missões.

[Despacho Normativo nº 14/2019 -
DR nº 90/2019,
Série II de 2019-05-10](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Homologa as alterações aos Estatutos da Universidade de Lisboa.

[Decreto-Lei nº 63/2019 -
DR nº 94/2019,
Série I de 2019-05-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento.



[Despacho nº 4924/2019 -
DR nº 94/2019,
Série II de 2019-05-16](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação
Subdelega competências na Diretora-Geral da Administração Escolar, Licenciada Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes.

[Despacho nº 4947-B/2019 -
DR nº 94/2019, 2º Suplemento,
Série II de 2019-05-16](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares, estabelece os critérios de avaliação para a sua certificação, bem como os calendários de avaliação, certificação e de adoção, procedendo à revogação do Despacho nº 11421/2014, publicado no DR, 2.ª série, nº 175, de 11 de setembro, na sua redação atual.

[Decreto-Lei nº 65/2019 -
DR nº 96/2019,
Série I de 2019-05-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 nas carreiras, cargos ou categorias em que a progressão depende do decurso de determinado período de prestação de serviço.

[Despacho nº 5000/2019 -
DR nº 96/2019,
Série II de 2019-05-20](#)

Adjunto e Economia, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Planeamento - Gabinetes dos Ministros Adjunto e da Economia, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Planeamento

Cria o Grupo de Trabalho que tem como missão propor medidas concretas de simplificação de processos e procedimentos relativos à instrução e à avaliação das

candidaturas a financiamento nos Programas Operacionais do Portugal 2020 na área da investigação e desenvolvimento (I&D).

[Despacho nº 5001/2019 -
DR nº 96/2019,
Série II de 2019-05-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Criação da Equipa Multidisciplinar de Suporte à Ação Disciplinar, Contraordenacional e Contencioso-Sul.

[Despacho nº 5042/2019 -
DR nº 97/2019,
Série II de 2019-05-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Delega competências no conselho diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

[Lei nº 34/2019 - DR nº 98/2019,
Série I de 2019-05-22](#)

Assembleia da República

Define os critérios de seleção e aquisição de produtos alimentares, promovendo o consumo sustentável de produção local nas cantinas e refeitórios públicos.

[Despacho nº 5127/2019 -
DR nº 99/2019,
Série II de 2019-05-23](#)

Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes dos Ministros da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Ministra da Saúde

Nomeação dos Representantes à Comissão de Coordenação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

[Despacho nº 5159/2019 -
DR nº 100/2019,
Série II de 2019-05-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Transmissão da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias.

[Portaria nº 363/2019 -
DR nº 101/2019,
Série II de 2019-05-27](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Alarga o elenco de provas de ingresso aos ciclos de estudo no domínio da Engenharia Alimentar.

[Despacho nº 5198/2019 -
DR nº 101/2019,
Série II de 2019-05-27](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Altera a composição do Júri Nacional de Exames.

[Decreto-Lei nº 73/2019 -
DR nº 102/2019,
Série I de 2019-05-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à criação da Escola Portuguesa de São Paulo - Centro de Ensino da Língua e Cultura Portuguesa.

[Lei n.º 36/2019 -
DR n.º 103/2019,
Série I de 2019-05-29](#)

Assembleia da República

Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.

[Deliberação n.º 652/2019 -
DR n.º 103/2019,
Série II de 2019-05-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2020/2021.



**A SUA
AJUDA
CONTA!**

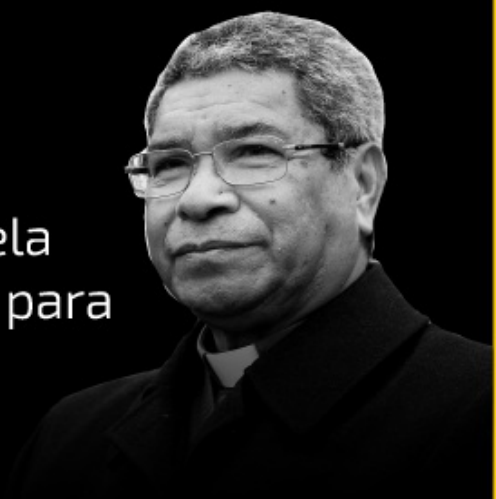
CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DO REINO DE KELICAI EM TIMOR-LESTE

A SUA AJUDA CONTA!

Perante a situação dramática no ensino em Timor-Leste, é urgente, e solicitamos encarecidamente, a ajuda dos professores e educadores portugueses para a reabilitação deste edifício escolar.

Recuperar fisicamente esta escola é o concretizar de um sonho do excelente Homem D. Carlos Ximenes Belo, e ver dela sair para a Nação Timorense e em geral para o mundo, jovens completos de valores humanos.

Foi nesta escola que D. Ximenes Belo estudou, aprendeu e brincou a par da sua actividade como guardador de búfalos. Será para ele, um orgulho ver e apreciar em vida a concretização deste projecto.



<https://kelicai.fne.pt/>





***Faça um donativo
e deixe a sua mensagem em:***

<https://kelicai.fne.pt/donativo>

A sua Ajuda Conta!

IBAN: PT50 0036 0073 99100070983 64

**“O Homem deixa de ser Homem,
no dia em que pensar que nada
pode fazer pelos outros.”**

Fernando Carvalho

A Escola do Reino de Kelicai

Edifício construído em 1932, sob a administração do administrador da Circunscrição Civil de Baucau, o Tenente Armando Pinto Correia, um português natural da Ilha da Madeira. Funcionou até 1942 aquando da invasão do território pelas tropas japonesas. Inicialmente esteve direcionado ao ensino primário, tendo como director o Sr. José Diaz Ximenes, um timorense natural de Laleia.



A Situação Atual da Escola

A partir de 2014, professores, alunos, e povoações compraram folhas de zinco e aproveitaram a Natureza para cortar bambu e folhas de palmeiras e de coqueiros para improvisar tetos, portas e janelas.



LETRA

HÁ UM FRIO QUE CONGELA A VOCAÇÃO
HÁ UM FRIO QUE MATA A COMPREENSÃO

TENHO SONHOS, LEVO SONHOS A TODO O PAÍS
É A MINHA MISSÃO, NÃO LHE QUEIMEM A RAÍZ

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

SOU DE PERTO OU VOU PARA LONGE PARA ENSINAR
LEVO CONHECIMENTO A TANTO LUGAR

PERCO A VOZ NAS AULAS DE ALMA E CORAÇÃO
NÃO DESISTO DESTA LUTA PELA EDUCAÇÃO

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

HÁ UM FRIO QUE CONGELA A VOCAÇÃO
HÁ UM FRIO QUE MATA A COMPREENSÃO

SÃO 9 ANOS 4 MESES E 2 DIAS
SE FOSSE TEU O QUE FARIAS? SE FOSSE TEU...

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

LETRA: ANA CUNHA e RUI DAVID | **MÚSICA:** RUI DAVID

www.fne.pt

**FICHA TÉCNICA
MAIO 2019**

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

